

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v13i30.13894>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



A LÓGICA DA VIDA MORAL E A FILOSOFIA COMO TAREFA

A lógica da vida moral e a filosofia como tarefa

Galileu Galilei Medeiros de Souza
UERN

Resumo: Neste artigo, proponho uma interpretação de *Principe élémentaire d'une logique de la vie morale* no sentido da filosofia como tarefa. O texto retoma uma passagem da conclusão da *L'Action* (1893) e trata da relação entre lógica da ação e lógica reflexiva, de modo a identificar, na primeira, a fonte de toda ordem do pensar. Para um pensar que se limita à lógica abstrata a compreensão do ser será sempre contraditória, porque não se pode admitir o diverso, o não ser, porque, como o afirmara a tradição eleática, “o não ser não pode ser conhecido”. Mas o reconhecimento da *antífasis* (o não ser) como símbolo inadequado da *stérēsis* (privação) faz com que a questão se redimensione completamente, o que resolve questões historicamente mal colocadas e que, do modo como são apresentadas, conduzem sempre ao ceticismo, senão ao niilismo.

Palavras-chave: Lógica reflexiva. Lógica Moral. Negação. Privação.

Abstract: In this article, I propose an interpretation of *Principe élémentaire d'une logique de la vie morale* in the sense of philosophy as a task. The text resumes a passage from the conclusion of *L'Action* (1893) and deals with the relationship between action logic and reflexive logic, to identify, in the first, the source of the whole order of thinking. For a thought that is limited to abstract logic the understanding of being will always be contradictory, because one cannot admit the diverse, the non-being, because, as the Eleatic tradition had affirmed, “the non-being cannot be known”. But the recognition of *antifasis* (non-being) as an inadequate symbol of *stérēsis* (deprivation) causes the issue to resize completely, which resolves historically misplaced issues and which, as they are presented, always lead to skepticism, if not to nihilism.

Keywords: Reflective logic. Moral Logic. Denial. Deprivation.

Procuro explicitar minha interpretação de *Principe élémentaire d'une logique de la vie morale*¹ de Maurice Blondel na direção de uma filosofia compreendida como tarefa.² O referido escrito corresponde ao memorial apresentado por Maurice Blondel quando do Congresso Internacional de Filosofia, realizado em Paris no ano de 1900.³ Trata-se de um estudo que retoma e desenvolve uma passagem da conclusão da *L'Action* (1893), p. 470 – 474 (edição de 1950 da PUF), sobre a relação entre lógica da ação e lógica reflexiva (ou intelectual), de forma que essa última é apontada como uma derivação da primeira. Nele Blondel empenha-se em tematizar o ponto de interseção entre pensamento e ação,

¹ A partir de agora nos referiremos apenas como *Principe élémentaire*. Escolhemos citar o título do texto por extensão e não sob o modo autor-data, para facilitar e enfatizar o entendimento da referência textual.

² Sobre a *Filosofia como Tarefa*, escrevi alhures: *Filosofia como Tarefa* (SOUZA, 2018).

³ Fazendo parte das atas do referido congresso, o texto será publicado somente em 1903.

procurando extrair o princípio elementar⁴ que preside o desenvolvimento, ao mesmo tempo solidário e original, das ideias e dos atos, ou seja, que serve como orientação e fundamento de uma dialética que domina ideias e atos sem anular ou sacrificar um ao outro, superando o dualismo que aí pode ser insinuado.

Para tanto, Blondel procurará considerar três perguntas: a) que obstáculos obscurecem o entendimento do problema que diz respeito à relação entre pensamento e ação e conduzem a sua compreensão dualista? b) Como é possível e mesmo necessário, por sua própria natureza, que esse problema seja posto de um modo diferente de como o fazem os que sustentam o dualismo? c) Em que sentido uma lógica moral não só possui um princípio próprio, mas ainda como esse princípio constitui a pedra fundamental da lógica geral?

Esse percurso nos elucidará porque será preciso prepor à lógica especulativa, constituída a partir do ponto de vista da negação e da oposição (da *apóphasis* e da *antíffasis*), uma lógica da vida moral, constituída a partir do ponto de vista da privação (da *héxis* e da *stérēsis*), erigindo as bases para o que será a reinterpretação da filosofia como uma tarefa e, conseqüentemente, para a reafirmação da metafísica.

1. O DUALISMO ENTRE MATERIALIDADE E FORMALIDADE DA AÇÃO MORAL

Principe élémentaire parte da aparentemente pacífica concepção de que nosso agir e nosso pensar estejam unidos, já que nossas decisões são constantemente levadas a termo em nossas ações. Decido por ler esse texto e o faço. Não só meus atos estão unidos por um vínculo que me permite entendê-los, justamente, como “meus”, como também esse mesmo vínculo parece unir “meu pensar” e “meu agir”.

Que as coisas apareçam para nós assim é facilmente evidenciado. Mais difícil, contudo, é explicar a solidariedade entre nossos atos e desses com o pensar. A lógica interna que governa o encadeamento dessas solidariedades não é fácil de ser explicitada em discurso: como explicar a síntese que é a ação voluntária, enraizada concomitantemente em nossa corporeidade e na idealidade de nossa consciência? Como explicar que na ação voluntária essa cumplicidade se traduz também em moralidade, de tal modo que os ideais morais influenciam nossa ação? Teriam eles alguma justificação científica? Essas são questões tão antigas quanto a própria filosofia, mas a respeito das quais não se estabeleceram progressos substanciais.

Segundo Blondel, isso ocorre porque se insiste em colocar a questão de modo inadequado. Posto ao modo do naturalismo ou do formalismo moral, esse problema é insuperável. Sem nenhuma possibilidade de chegar a uma conclusão definitiva, naturalismo e formalismo moral se opõem, alimentando um dualismo insuperável a partir de suas perspectivas e que lhes serve de força e fraqueza. Para preservar a liberdade e a autonomia do agente, o formalismo inclina-se por sustentar a moral não possuir qualquer vinculação com a materialidade dos atos do homem, sendo simplesmente um fato da razão, *a priori*. Para reivindicar a “cientificidade” da moralidade, o naturalismo interpreta a moral como um fato da natureza, considerando a natureza ou uma entidade ontológica que a represente como princípio supremo e determinante do bem ou do mal. Se, por um lado, sem o dualismo entre materialidade e formalidade da moral, nem o naturalismo, nem o formalismo moral se sustentariam, por outro, em razão desse mesmo dualismo, eles não podem coerentemente se estabelecer como possuindo qualquer natureza filosófica ou científica, como se verá em seguida.

Antes, porém, de partir para a consideração da questão, é preciso acertar os ponteiros de nossas noções. Nem todos os atos *do homem*⁵ são morais, mas apenas os

⁴ A nomenclatura “élémentaire” é claramente de derivação kantiana. De modo semelhante à interpretação kantiana, na filosofia blondeliana o qualificativo designa o que não pode ser provado, mas apenas apreendido em sua natureza universalmente válida. “princípio elementar”, justamente, é o princípio que não admite nenhum outro princípio anterior.

⁵ Adotaremos a distinção entre ato humano e ato de homem. Ato humano é a ação humana voluntária. Ato de homem é qualquer ação humana, voluntária ou não.

voluntários, os quais chamarei de *ação moral* ou *fato moral*. Nosso interesse, evidentemente, recairá apenas sobre esses últimos.

A primeira coisa a ser observada a seu respeito é que o *fato* ou *ação moral* é, ao mesmo tempo, ideia e corpo e essa é precisamente a razão pela qual o dualismo ao qual nos referimos há pouco precisa ser superado. Por um lado, ninguém negará que a intenção formal que o anima é indispensável para definir sua moralidade. Com efeito, ela é um dos elementos mais característicos da determinação do ato como voluntário. Por sua vinculação com a intenção, o fato moral possui certa transcendência material e sua dialética se orienta na direção do reino ideal das deduções racionais. Sob esse aspecto, o fato moral define sua moralidade a partir do ideal moral que lhe serve de parâmetro de juízo e do qual ele é uma realização, sendo por isso que o formalismo sustenta suas pretensões. Por outro lado, porém, a intenção permanecerá apenas uma idealidade se não passa à ação. Em ser atuado, o fato moral é encarnado na engrenagem das forças físicas e psicológicas, sendo impossível não reconhecer que ele é por elas mais ou menos condicionado (materialmente condicionado), de modo que o querer é sempre limitado ou determinado por essas condições, e é por essa razão que o naturalismo, por seu turno, sustenta suas pretensões.

Uma vez que o fato moral é tanto ideal quanto material, não se pode interpretá-lo como o resultado de uma evolução resultante simplesmente da influência das deduções racionais. O fato moral se dá e evolui dentro da vida dos homens e dos povos, com todos os seus condicionamentos. É por essa razão que ele não poderá ser convenientemente apresentado considerando apenas as suas representações abstratas. Em suma, por sua natureza positiva, por sua encarnação e concretude, é preciso estudá-lo a partir de métodos adequados, ou seja:

[...] sem incluir outros métodos a não ser os métodos positivos de observação e indução, os únicos métodos aptos a esclarecer pouco a pouco suas relações universais com o ambiente onde ele se reproduz, os únicos métodos capazes de estudar as repercussões mesmas que, a partir de nossos atos, reverberam infinitamente até as consciências, até nossa consciência, nossa consciência para a qual se impõe sempre um tipo de lógica factícia, de falsa sinceridade ou de índice pessoal e subjetivo (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 369).

A submissão do fato moral a métodos incapazes de colher a sua riqueza sintética, de preservar no fenômeno da moralidade a concomitância de sua imanência e transcendência material, é a primeira raiz do conflito que opõe naturalismo e formalismo moral e que leva ao dualismo entre lógica e moral: “Que se penetre em fundo essa oposição e se verá talvez que, longe de ser atenuada, ela chega mesmo a implicar ou que a ideia de uma moral exclui a ideia da lógica ou que a ideia da lógica exclui a ideia da moral” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 369). Mas isso ainda não é tudo a se dizer a respeito da oposição entre lógica e moral.

Partamos para a elucidação de uma outra motivação do dualismo moral, relacionada dessa vez com a noção de contradição. O sentido dessa noção parece ser o de que o real não lhe diz respeito, porque é impossível que qualquer contradição possa ser dada nos fatos, de modo que a “não-contradição” parece ser a lei descritiva da própria realidade:

Ora, suprimir este princípio, suprimir também pelo mesmo movimento toda oposição lógica. O que é dado é dado e isto é tudo, sem nenhuma determinação de contraditório ou de contrário: homogeneidade do determinismo, heterogeneidade qualitativa ao infinito, é a fórmula da realidade empírica (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 369).

Não obstante, os fatos morais, reais e concretos, são dotados de uma oposição radical, podendo ser qualificados enquanto bons ou maus. Do ponto de vista da

moralidade, com efeito, as ações dão espaço para uma opção decisiva entre bem e mal, entendidos não só como opostos, mas, em situações inumeráveis, como contraditórios.

Como consequência desse estado de coisas, apresenta-se a segunda raiz do conflito entre formalismo e naturalismo, enquanto exigência de coerência: é preciso salvar a moral ou a lógica. Para salvar a moral, reconhecendo a possibilidade de se dar uma oposição radical nos fatos, entre ações boas e más, é preciso condenar a lógica da não-contradição e reconhecer que oposições radicais podem ser dadas simultaneamente. Para salvar a lógica da submissão à simples e pura idealidade, é preciso manter firme a impossibilidade da contradição em relação aos fatos, sendo preciso ou assumir que a moral seja inteiramente deduzida a partir de seu elemento formal, indiferente a qualquer materialidade dos fatos, ou que seja suprimida toda vida individual e ato particular, como se não passassem de ilusões, em uma certa forma de “quietismo ou budismo” (*Principe élémentaire*, p. 369). Em outros termos, “Isto significa que a moral, no sentido popular ou normal da palavra não existe mais” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 369).

E aqui partimos para uma terceira e última raiz dessa aporia. Esta diz respeito à oposição entre moral e lógica. Para que a moral possua qualquer cientificidade é preciso que a lógica tenha uma vigência real, ou seja, é preciso que haja uma lei ou uma ordem determinável pela inteligência que forje a natureza, oriente a reflexão e sustente a ciência. Entretanto, a moral exige “[...] contingência no mundo, liberdade no homem” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 369), em suma, flexibilidade e indeterminismo, sem o que nenhuma ação moral seria possível, já que o dever pressupõe o arbítrio.

Em suma, observadas essas três raízes do conflito, o fato é que a conciliação entre a idealidade e a materialidade do fato moral parece impossível, a ponto de nos levar a concluir que a solução para ele é ou se sacrificar uma ou outra, moral ou lógica, ou se afirmar a incomensurabilidade e distinção entre seus domínios. Não obstante, em razão da natureza sintética da ação moral, essa conciliação parece ser necessária. Não só a moral não seria nada “de fato” se o homem fosse absolutamente determinado ou se a vida teórica, onde ele encontra sua própria autonomia, escapasse-lhe, mas nem mesmo poderia ser algo de “direito”, ou seja, poderia ser justificada racionalmente, se houvesse um conflito insanável entre as exigências da dialética especulativa (ciência) e as do imperativo prático (moral). Como algo puramente racional teria qualquer vigência prática? A aporia parece insolúvel, por se propor a justificar uma coação – entre idealidade e materialidade da ação moral – sem qualquer espécie de contado. *Pari passu*, se esse conflito fosse insanável, a lógica não realizaria sua ambição de possuir um domínio universal, “[...] de englobar todas as formas de pensamento e de vida em sua unidade científica, como elas são unidas na realidade; [...] de esclarecer [...], o determinismo subjacente a todos os empregos possíveis da atividade especulativa e prática” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 370). Assim, do domínio lógico deveria ser excluído tudo o que não diz respeito ao puramente racional. Em outros termos, a ciência e a lógica teriam definitivamente embargado seu acesso a qualquer objetividade.

Enfim, tal dualismo implicaria em um aniquilamento mútuo: nem a moral, nem a lógica saberiam se sustentar isoladamente. De difícil conciliação, moral e lógica só se dão caso se deem concomitantemente. Examinada a raiz das dificuldades que lhes opõem, partiremos agora para a exploração de sua relação. Mostrarei, guiando-me pelo texto blondeliano, como ela precisa ser problematizada em outros termos.

2. A RELAÇÃO ENTRE AGIR E PENSAR

A aporia com a qual estamos lidando ao investigar a questão da relação entre pensar e agir – a saber, o dualismo entre lógica e moral – embora pareça insuperável para o esforço reflexivo, não se dá na concretude dos fatos. A solução para esse impasse é realmente impossível caso se considere moral e lógica como entidades fixadas pelo pensar. Contudo, esse conflito pode e mesmo exige ser resolvido para o pensar, porque ele é resolvido pela própria vida. Em sua vivência concreta, a ação voluntária é ao mesmo tempo ideal e material, sujeita à lógica e à moral. O desafio está em encontrar o modo de dizê-lo.

O verdadeiro sentido da relação que se estabelece entre moral e lógica deve ser pensado em estreita consonância com os dados da realidade fenomenalmente a nós acessíveis, de modo a tomar o que nos é dado sem nada acrescentar ou tolher. Para tanto, seguindo as indicações blondelianas, começarei pelo estudo da lógica reflexiva, mais especificamente das noções lógicas, objetivando explicitar o que se encontra implicado em sua formulação. Nessa direção, começaremos por discutir três questionamentos: a) como tomamos consciência das noções lógicas e qual a sua real gênese? b) Como e por que isolamos as noções lógicas de suas origens vitais? c) Como essas noções lógicas se dirigem à ação e servem à vida moral?

2.1 A gênese das noções lógicas

Um das raízes, há pouco consideradas, da dicotomia entre pensar e ação dizia respeito a que a contradição não se dá nos fatos. Ela não se realiza de modo algum no mundo ou nos fatos, que “[...] não podem nem a produzir, nem a sugerir, nem mesmo ser a ocasião direta ou indireta de sua aparição na consciência” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 371). De modo semelhante, o princípio de identidade não se poderia realizar no mundo, nem de forma a priori, nem a posteriori: “[...] é um princípio acósmico” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 371). O que se diz do princípio de contradição e do princípio de identidade se pode dizer de qualquer outro princípio lógico.

Para entender essas afirmações, consideremos um exemplo. O princípio de identidade pode ser enunciado, ao modo leibniziano, da seguinte forma: “os indiscerníveis são idênticos”. A aplicação desse princípio à realidade deve significar que toda vez que entidades sejam tão semelhantes a ponto de não poderem ser distintas, então serão idênticas. Entretanto, como ocorre com o princípio de contradição, mais uma vez é impossível que a lei expressa no princípio de identidade seja dada factualmente. É impossível que os fatos possam reproduzi-la concretamente porque é impossível que se deem entidades, no plural, indiscerníveis.

O fato é que leis lógicas não se dão nos fatos. A lei lógica que necessariamente me obriga a entender que o sentido da afirmação “a maçã é vermelha” se oponha ao de outra afirmação como “a maçã é verde” não ocorre nos fatos. A maçã é o que é e isso é tudo, de modo que uma maçã verde não se opõe a uma maçã vermelha, da mesma forma que uma criança não se opõe a um idoso. Os princípios lógicos não são a conclusão de um processo abstrativo, a posteriori, produto da experiência, nem um fato do mundo, dado a priori como condição da experiência e, portanto, anterior a ela. Há total falta de contato entre o que é pensado (as coisas) e as leis do pensar, de modo que as coisas são o que são, sem oposição em si de contradição, contrariedade, relatividade ou alteridade.

E, todavia, a consciência distinta não seria o que é sem esses princípios, por ser sempre “[...] ao menos implicitamente, consciência de uma discriminação, de uma relação e de uma oposição” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 371). Os fatos, embora se apresentem desde sempre como heterogêneos entre si, são simplesmente, sem nenhuma iniciativa opositiva. Mas para nós esses fatos ganham sentidos ligados às relações entre nossos juízos, que dizem respeito (essas relações, entenda-se) não aos fatos, mas a nossas afirmações e negações que pretendem dizer respeito aos fatos. Assim, os fatos são por nós representados e não o podem ser sem o uso de leis lógicas. A heterogeneidade da realidade é convertida pela consciência em relações de oposição.

Por um lado, não há como negar que a nossa consciência existe e que ela intenciona algo além de si mesma, independentemente de que esse algo se realize de fato ou não. Por outro lado, a consciência atual não existe senão como ação de produção de sentido, regulada por leis que permitem a sua inteligibilidade. Em verdade, produzir sentido é perceber inteligivelmente, é sair da apatia e da indiferença em relação aos dados percebidos, é organizar os fenômenos, desde seus estados mais primitivos, de modo lógico. Em suma, a consciência é o lugar de intersecção entre as leis do pensar e o que é pensado (os fatos). Melhor ainda, porque existe consciência, existe uma relação necessária entre as leis do pensar e o que é pensado. A consciência é a síntese de ambos.

A esse ponto de nossa investigação, sabemos que os princípios lógicos não são fatos do mundo, *a priori*, nem conclusões de processos abstrativos, *a posteriori*. Além disso, também sabemos que a consciência existe na forma de uma relação entre leis do pensar e pensado. Contudo, permanece intacta a pergunta sobre a origem das noções lógicas, como a de contraditório, contrário, outro, relativo.

Uma resposta a essa questão não pode ignorar a complexidade dos dados do problema aí envolvido. Afirmar simplesmente que as noções lógicas são a condição *a priori* do pensar, deixa o dualismo que estamos procurando superar intocado e o acesso à materialidade do fato moral comprometido. O arranjo que uniria materialidade e formalidade, dado esse estado de coisas, seria apenas artificial, uma completa criação. Entretanto, afirmar que os princípios lógicos são abstraídos da realidade, *a posteriori*, como representação de leis que existem concretamente, contraria o fato de que tais princípios não se dão nos fatos.

Para explicar como as noções lógicas se introduzem na experiência, no nosso viver, é preciso considerar o ponto de contato entre pensar e vida. É preciso partir do ponto onde o que é pensado é reconhecido como imanente à representação que dele se faz e, ao mesmo tempo, como transcendente e mais rico que essa representação, já que ela não mostra dele senão aspectos, parcialidades. É preciso partir do ponto onde se reconhece que a parcialidade do pensar é experienciada. É preciso partir da vida, da consciência em ato, onde se dá, em realidade, a síntese entre o que é pensado e as leis do pensar, e procurar responder à pergunta que versa sobre a gênese das noções lógicas. É preciso explicar a genealogia vital das noções lógicas.

A perspectiva de discussão desse problema deve ser mudada. Sua solução exige uma atitude filosófica. O que isso significa? Significa adotar, como ponto de partida, uma reinterpretação da filosofia como tarefa e, conseqüentemente, do conhecimento como instrumento de realização dessa tarefa. A filosofia não é o esforço por representar a realidade ou por fundamentar a adequação entre pensar e ser, na qual se daria o conhecimento, como se eles pudessem ser significados impunemente a partir de uma perspectiva que os opõem na forma do esquema sujeito e objeto. Diversamente, é preciso interpretá-la como uma tarefa. Entendida assim, a noção de filosofia e, conseqüentemente, de pensar reflexivo é redimensionada completamente. De que tarefa estamos falando? Da tarefa de fazer uso do pensar reflexivo para elucidar o que Blondel chamará de prospecção e, assim, contribuir para que a ação realize mais perfeitamente seus fins. A chave da questão está em entender que “O emprego da razão especulativa está ligado solidariamente ao exercício real e atual da razão prática, que [...] lhe determina o sentido verdadeiro e o alcance legítimo” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 374). Em outros termos, o exercício da razão especulativa ocorre em função dos fins da razão prática, porque todo sentido que as coisas têm para o homem depende da sua relação com o projeto de realização desse mesmo homem, de modo a atividade de conhecimento consiste em um processo de retroalimentação entre prospecção e reflexão.

Cuido em esclarecer a terminologia utilizada. A prospecção é um conhecimento direto e imediato que acompanha nossa ação e que permite que ela possa ser realizada sem necessidade de envolver, a cada decisão e ato, uma análise exaustiva de todas as suas condições. É o conhecimento espontâneo de que dispomos no próprio momento da ação. A reflexão ou especulação, por sua vez, é um conhecimento teórico, abstrato e representativo da ação, que nos permite traduzi-la em ideias que, por sua vez, podem ser comunicadas. Ora, a reflexão não é um fim em si mesma, mas um meio de levar uma inteligência sempre maior à prospecção. Tornando a prospecção inteligível, a reflexão permite que essa última seja enriquecida e se potencialize em sua capacidade de aperfeiçoar a realização da ação. Isso fazendo, não só a prospecção se expande em sua envergadura operativa, como também a reflexão se transforma. Iluminando a prospecção, a reflexão também é enriquecida em sua inteligência da ação. Em suma, por esse processo prospecção e reflexão são mutuamente beneficiadas, em favor último da realização da ação e, conseqüentemente, do progresso da vida, que se faz por meio da ação.

Em compreender que a especulação – e que a lógica reflexiva, que constitui a sua essência e cuja essência, por sua vez, são os princípios lógicos – não se fecha em si mesma, mas se abre na direção da elucidação da prospecção e do progresso da vida, compreender-se-á que a origem das noções lógicas deve ser buscada levando em conta o próprio destino da reflexão. Evite-se, a todo custo, pensar reflexão e lógica isoladamente e se abrirá um caminho promissor de superação de qualquer dualismo entre pensar e ser/agir, inclusive o da materialidade e formalidade da ação moral.

Partindo dessa nova perspectiva, Blondel é capaz de esclarecer a gênese das noções lógicas, que, fundamentalmente, funcionam como leis lógicas de oposição: “Porque, espontaneamente, cremo-nos capazes de modificar as coisas, adquirimos a ideia de que elas poderiam ser outras” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 372). O modo em que isso ocorre é o seguinte: por um lado, nosso automatismo psicológico insere seu dinamismo na engrenagem dos fatos; por outro lado, o choque entre nossos desejos e exigências nos dá a consciência de que temos uma capacidade relativa de mudar os fenômenos, de adaptá-los mais ou menos às reivindicações de nossa atividade, ao mesmo tempo, determinada e determinante. Dessa forma, não é de modo *a priori* que “[...] nos conhecemos desejosos e capazes de agir sobre as coisas” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 372). Diversamente, “[...] nós afirmamos retrospectivamente que um possível, diferente do real, foi possível e se conserva concebível. Assim, após nossa iniciativa prática e de nossa ação, ao mesmo tempo, serve e senhora” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 372).

Em suma, são as tendências originais, os postulados práticos, as exigências de nossa ação que nos permitem conceber a vida lógica. As regras do pensar, as ideias possuem sua gênese na ação. As coisas e os atos não são para nós simplesmente diferentes uns dos outros de modo abstrato, mas na medida em que se assimilam à nossa ação. A oposição diz respeito ao sentido que as coisas e os atos possuem em relação ao nosso destino, em relação à tarefa que o pensar descobre como própria: “Isto significa que o princípio mesmo da ideia da contrariedade não está nas coisas, não está no conhecimento especulativo originariamente e imediatamente, mas na determinação subjetiva de nossa atividade” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 372). Porque escolhemos, porque subjetivamente decidimos e agimos, porque nada do que é para nós nos é indiferente, mas participa da evolução de nosso viver, contribuindo para seu progresso ou dificultando-o, as coisas e os atos aparecem para nós como organizados logicamente em relações de oposição.

A noção de oposição, por exemplo, seria o resultado do choque dos múltiplos princípios (motivos e moventes) ou fenômenos que solicitam nossa ação, formando diante da reflexão um todo sistemático, no qual alguns destes princípios aparecerão como coerentes em relação ao nosso destino último e outros não. Quando um deles é escolhido e realizado é como que oposto a todos os que não o foram, constituindo um todo sistemático. Dessa forma, o ato realizado confere aos fatos uma fixidez tal que constitui a base de onde surgem as oposições lógicas. O mesmo ocorre em relação às noções de contradição e de identidade. Com efeito, nenhuma oposição lógica poderia ser concebida sem a noção, ao menos implícita, da contraditoriedade. E como ele surge? Surge da consciência da irreparabilidade do passado: o que foi realizado o foi para sempre. Sua origem está na concepção da ação que era possível e foi consagrada no passado de modo irreparável. Uma vez realizada, a ação é posta para sempre e é por isso mesmo que as opções aparecem como contraditórias: a ação preferida e realizada no passado não pode mais ser desfeita. Por sua vez, a noção de identidade surge da ação de escolher, precisar e realizar uma intenção singular, que se distingue das outras. Nas palavras de Blondel:

Para ter consciência de que uma coisa poderia ser diversa, é preciso que tenhamos consciência de que nossa ação possui dois gumes. Para conhecer nossa ação, é preciso que, conscientes ao menos confusamente sobre o conflito entre nossas tendências e as exigências de nosso destino, nós nos encontremos em frente a uma opção que interessa nosso ser: em uma palavra nós temos a ideia do ser e da contradição somente porque nós somos virtualmente postos em condição de

resolver a alternativa da qual depende a orientação de nossa vida e nossa entrada no ser, alternativa, caso se possa dizer, “auto-ontológica” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 374).

Não poderia resumir o sentido dessas afirmações com palavras melhores do que as usadas por Blondel, que novamente reporto: O emprego da razão especulativa está ligado solidariamente ao exercício real e atual da razão prática, que [...] lhe determina o sentido verdadeiro e o alcance legítimo” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 374). Portanto, as noções lógicas são produções ou projeções das leis de nossa ação no sensível e no inteligível.

Enfim, apenas porque isolamos essas noções lógicas das suas condições orgânicas e vitais é que se insinuam aporias aparentemente insuperáveis, as quais resultam, por exemplo, na aparente impossibilidade de se tentar explicar a relação entre a materialidade e a formalidade da ação moral. Posta, porém, de modo adequado, a paradoxalidade se dissolve. Mas por que isolamos as noções lógicas de sua origem vital? É o que procuro considerar agora, seguindo a reflexão blondeliana.

2.2 Sobre o isolamento das noções lógicas de sua origem vital

As noções lógicas possuem uma origem vital. A exemplo da contradição, elas possuem um sentido original e real, traduzível em leis lógicas. Nas palavras de Blondel, por exemplo, o sentido do princípio de não-contradição:

[...] é de estabelecer que o que teria podido ser e se incorporar, pelo que fazemos, ao que somos (*héxis*)⁶, foi para sempre excluído (*stérēsis*), sem que o que é assim excluído deixe de servir para pensar distintamente o que foi escolhido e feito, deixe de alimentar o esforço do conhecimento e da execução, e de determinar moralmente o ato realizado e o agente mesmo. Mas, se nós consideramos unicamente a partir de fora o resultado aparente ou os fatos que parecem externos à nossa ação, então tudo se resume a uma questão de sim e de não (*katáphasis* ou *apóphasis*); e, perdendo de vista a elaboração interna do resultado e a complexidade das relações que subsistem sob a ideia da contraditória excluída, nós substituímos estas relações viventes pela simplicidade artificial do conceito e da palavra (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 374).

Nesse trecho fundamental, são introduzidas quatro noções de raízes aristotélicas: *héxis*, *stérēsis*, *katáphasis* e *apóphasis*. Blondel denomina *héxis* a síntese que somos, o resultado nunca definitivo e perpetuamente mutável de nossa ação, para a qual contribui todos os elementos que nos constituem, ou seja, cada ser singular, na totalidade de sua ação. Em todo seu processo de autoconstituição, ao agir, todo ser singular realiza algumas possibilidades, enquanto outras são excluídas. Uma vez posta a ação, ela o será realizada da forma como o foi para todo o sempre. Nesse sentido, a ação é posta de modo definitivo.

No caso da ação humana, que é nosso objeto de preocupação, todavia, as possibilidades não realizadas não deixam, por isso, de também contribuir para o ser do agente. Sua ação não leva a marca apenas do que foi escolhido e realizado, mas também do que foi preterido. Nesse sentido, ela é uma *stérēsis*, uma *privação*. A *héxis* se constitui de acordo com essa dinâmica da *stérēsis*, que resiste a ser compreendida segundo uma lógica artificial, para a qual a ação se resume a uma questão de sim e de não entre possibilidades, ou seja, de *katáphasis* (afirmação) e *apóphasis* (negação). A equacionalização da questão é bem mais complicada do que uma analogia com a aritmética daria conta de explicar. O agente é a síntese do que realiza e do que se priva de realizar e a explicação do que ele é, do que nós somos, deverá levar em conta a lógica da *stérēsis* ou da *privação*. Não há como propor aproximações legítimas ao real contendo-as

⁶ As transliterações apresentadas nesse artigo são nossas. Os textos originais trazem caracteres gregos.

nos limites de uma lógica abstrata e opositiva, que em verdade é uma *logologia*, devoradora de sentido, inclusive do sentido real do discurso.

A *logologia* tem alimentado muitas ontologias, consistindo em se tomar a linguagem e suas regras pelas coisas e seus estados. Segundo Blondel, um erro do qual não se livrou nem mesmo Aristóteles. Fazendo-se o naturalista do logos, o Estagirita terminará por identificar substância e substantivo.⁷ Apesar de considerar que as coisas enunciadas por privação e possessão, como é o caso das categorias, não são opostas entre si como o são os relativos e os contrários, Aristóteles afirma que, em fim de contas, tudo se resume ao único ponto de vista da afirmação e da negação, em razão do costume linguístico de se falar dessa forma. Nas palavras de Blondel: “[...] as categorias que, rigorosamente, ‘não podem receber contrários’ (porque é próprio da substância recebê-los sem possuir ela mesma contrários), são tratadas na proposição e no raciocínio *en ousías eídei*⁸, e submissas à lei de contradição” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 375-376). Sem dúvida, é ainda Blondel que afirma, Aristóteles reconhecerá uma certa distinção entre a substância, que existe em si e para si, e as demais categorias, que só “subsistem” na substância. Entretanto, afirmará igualmente que:

[...] “a oposição entre ser e não ser, diferente em cada categoria, será a mesma em sua forma” (Met., IV, p. 65, 1.1). Que graças a este artifício, a privação mesma e as outras formas específicas de oposição são consideradas como uma forma de negação e tratadas como tal (...) (Met., VI, p. 127, 1.19) (...) que “a última forma a qual toda oposição deve se reportar é a contradição” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 376).

Estas teses servirão de base para uma metafísica construída sobre a base de uma aliança entre gramática e física, a qual falsificará sua verdadeira relação:

[...] por um lado, ela atribui às modalidades fenomenais e aos dados sensíveis tudo o que os conceitos, substantivados pelas palavras, tomaram emprestado do ser vivente e pensante; por outro lado, estas usurpadoras uma vez entronizadas impõem seu próprio modo como lei do ser à atividade intelectual e moral que somente é que deveria lhe medir no que possuem de verdade ontológica e lógica; de modo que pensar *en eídous eídei*⁹ termina por equivaler a pensar *en hýles eídei*¹⁰ e a fazer reinar na ciência e na vida a literalidade, princípio de toda imobilidade doutrinal e de toda intolerância prática [...] (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 376).

Fazer reinar a literalidade equivale a fazer coincidir o real e o linguístico na representação. A atividade intelectual e moral não são aproximadas em seu acontecer concreto, mas substituídas por representações abstratas regidas por leis abstratas, como se as regras da linguagem fossem a própria ordem concreta e real. Paradoxalmente, o esforço por alcançar essa coincidência entre real e linguístico, aspirando como meta à objetividade da realidade, acaba por impedir seu acesso.

Nesse ínterim, não é somente a materialidade da ideia, polo de sua intencionalidade, a ser traída, mas o mesmo acontece com a forma da ideia, com as próprias noções e leis lógicas. Isoladas de seu princípio vital e utilizadas fora de seu contexto próprio, são transformadas em usurpadoras, substituindo a legitimidade da lógica da *stérēsis* pela literalidade dos sistemas conceituais, subjugados à artificialidade

⁷ É importante, seguindo os conselhos de Simone D’Agostino, fazer uma ressalva em relação a essa leitura de Blondel a respeito de Aristóteles: “L’errore di Aristotele consiste precisamente nell’aver confuso il piano reale e quello logico attribuendo le proprietà di questo a quello. Un errore che – in base all’analisi delle classificazioni dei tipi di opposizione in Aristotele – è certamente attribuito più all’autore delle *Categorie* che a quello della *Metafisica*, da cui Blondel trae in parte gli strumenti concettuali per le proprie obiezioni” (D’AGOSTINO, 1999, p. 415 - 416).

⁸ O que pode ser traduzido por “como substância ideal” ou “como essência ideal”.

⁹ Na forma da ideia.

¹⁰ Na matéria da ideia.

de uma lógica da *antítesis* e da *apóphasis*, para as quais o ser exclui completamente o não-ser. Não é estranho que, procedendo assim, atinjamos a impossibilidade de uma dialética real ou de uma lógica moral.

O remédio para um tal estado de coisas, porém, já se prefigura diante dos nossos olhos. A fórmula parece complexa, mas é bem simples: trata-se de romper com a idolatria dos conceitos e, sem abandonar a lógica reflexiva, reconciliar ideia e vida. A solução – e não é de se admirar se a hipótese é verdadeira – não está em um *aut-aut*.

2.3 O equilíbrio na superação da *logologia* e o serviço à ação

É preciso superar a superstição da *logologia*, que sujeita o que é ao discurso, o sentido à gramática, sem deixar de reconhecer o verdadeiro papel da lógica reflexiva, porque a lógica da *antítesis* e da *apóphasis* não é um artifício inútil e insano. Ao contrário, tal lógica é um veículo de desenvolvimento da vida moral. O modo como tudo nos é proposto como ideia, como submetido às leis lógicas, é, na verdade, “[...] a maneira rápida e econômica por meio da qual a consciência distinta emerge do mundo” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 377). Substituta muito útil da riqueza do real, a linguagem permite seu entendimento simplificado:

Não há conhecimento nítido, pronto, preciso, exprimível sem este artifício espontâneo que fratura a unidade do dado, estabelece oposições e constitui entidades discretas que comportam a aplicação de procedimentos lógicos, em uma sorte de fenomenologia ontológica ou de atomismo intelectual: é este trabalho de simplificação implícita que explicita o silogismo; e seu aparente rigor, repousando sobre a hipótese teoricamente falsa e praticamente útil das identidades parciais, é apenas uma aproximação, mas indispensável aos primeiros delineamentos da linguagem, do positivismo prático e da ciência (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 377).

Sem a simplificação que nos é possível por meio da representação e da linguagem conceitual, conhecer algo seria uma empresa impraticável. A simplificação da linguagem permite que o que é conhecido o seja como o que pode ser relacionado com a integridade de nosso destino, sem que, para tanto, tenhamos que ter total luz sobre o que é conhecido e sobre nosso destino.

A própria consciência não subsistiria sem essa economia conceitual. A consciência distinta que possuímos das coisas e de nós mesmos depende não só do fato de que conhecemos processualmente, mas também do fato de que o que entra em nosso campo de experiência pode ser imediatamente julgado em relação ao nosso destino. Com efeito, por um lado, um conhecimento que significasse um saber direto, imediato de tudo o que é, sem intermediação de seu sentido por ação de nosso dinamismo prático, seria equivalente a um estado de inconsciência. Sem o contraste entre o que já é nossa ação e a tendência que a impulsiona a renovar-se perpetuamente e, para isso, valorar tudo a partir da perspectiva de sua realização, não há como subsistir consciência. Considerando que o conhecimento existe em função da ação, um conhecimento direto e imediato do que é seria o equivalente de uma ação involuntária, sem nenhum futuro, sem nenhum passado, sem nenhuma consciência, sem nenhum processo. Por outro lado, um conhecimento processual que exigisse atingir a riqueza de tudo o que é comprometeria seu avanço por um procedimento infinito. Em suma, as simplificações lógicas de nosso conhecimento servem de ponto de apoio para a decisão radical do querer, somente a partir da qual temos acesso ao que é:

Elas preparam, conferindo ao relativo o caráter de um absoluto, o preço infinito de nossos sacrifícios aparentes e de nossos ganhos reais, a responsabilidade mortificante de nossos ganhos aparentes e de nossas perdas reais: pelo que têm de precário, como pelo que oferecem de solidez provisória, elas são, então, ao mesmo tempo, um chamado permanente ao exercício do poder crítico do espírito

para nos fazer sair do dado e um trampolim para o impulso das resoluções que engajam o destino humano (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 377).

É exatamente isso o que ocorre com o princípio de não-contradição. Ele supõe que de algum modo nada pode ser para nós sem passar pelo crivo de sua adequação ou inadequação em relação ao nosso destino e sem que a realização dessa adequação ou inadequação possa, a cada momento, estabelecer-se de uma vez para sempre (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 378). Em outras palavras, a lei de não-contradição é a tradução simplificada do valor infinito de cada escolha realizada. É a tradução do estado em que se encontra cada ação particular, posta de uma vez por todas em relação ao nosso destino, contribuindo para seu progresso ou não.

Portanto, a lógica da *antítesis* e da *apóphesis* vinculada a suas origens vitais e subordinada a seus fins morais, não pode ser desprezada e ganha todo seu sentido como verdade relativa. Ela é “[...] o fenômeno objetivo e inadequado da dialética real” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 379). Inadequada enquanto não é capaz de dar conta da riqueza desta dialética. Objetiva, porquanto a realização da dialética real – como trabalho de adequação do pensamento em ato à vida, da reflexão à prospecção tendo em vista o progresso da vida – se dá por seu intermédio (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 378-379), sem o que seria um trabalho infinito.

Tendo sido suficientemente elucidadas seja a reflexão, seja a lógica das ideias que lhe caracteriza, podemos partir para o esclarecimento do sentido da lógica da *stérēsis*. Seguindo o percurso proposto por Blondel, procurarei agora escrever sobre o sentido do princípio fundamental que a sustenta e das leis lógicas que dele derivam.

3. O PRINCÍPIO ELEMENTAR E AS LEIS DA LÓGICA DA VIDA

O discurso é governado pela lógica reflexiva, o que é útil, mas também limitador. Sem esse modo de organizar o conhecimento, o curso de nossa ação estaria comprometido. Contudo, restringir o conhecer apenas a uma lógica de ideias – o que é fonte de confusões sem fim – impossibilita entender seu alcance ontológico.¹¹

A *ontologia*, como aqui interpretada, não é um discurso cuja meta está em uma representação adequada do real. Tampouco ela pretende produzir uma representação objetiva das coisas, entendendo por “representação objetiva” a “imagem” que pode substituir a própria realidade. Insistir nesse erro torna impossível superar o dualismo que está na base da aporia entre idealistas e realistas. Sendo a filosofia uma tarefa, a ontologia se identificará com o conhecimento em ato, síntese do processo de elucidação da prospecção pela reflexão, e da renovação da reflexão pela prospecção em uma espécie de *circunsessão*.

No conhecimento em ato, procurando realizar nossa ação e a nós mesmos de modo sempre mais adequado, incorporamos tudo o que é ao que é o nosso ser, naquilo que Paul Gilbert (2004) chama de *aliança ontológica*. Nessa *circunsessão* do conhecimento em ato, migra-se constantemente do ponto de vista da linguagem à perspectiva da verdade vivente, e vice-versa, não se limitando à relação abstrata entre os conceitos, esquecida de sua origem vital, de modo a considerar “[...] as relações de atos, estados, fatos assimilados ou eliminados por um organismo que combina, compensa, digere” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 379), de acordo com a síntese que é cada vida. Como essa ordem do conhecimento em ato pode ser ainda dita uma lógica, ou seja, “[...] uma razão reguladora e determinante” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 379) é o que devo esclarecer a seguir. A esse ponto do discurso, penso já estar suficientemente justificado afirmar que a fonte vivente de toda determinação lógica é a decisão refletida e voluntária, que escolhe e atua, fixando o ser de um ato entre os inúmeros arranjos possíveis. Toda atuação implica possessão e privação, fixando o ser de nossa ação e nos definindo, em um determinismo

¹¹ É o que ocorre com a tentativa moderna do empirismo inglês, que alcança na filosofia de Hume suas consequências lógicas. A esse respeito se confirma o *Tratado da Natureza Humana* (HUME, 2001).

incontornável: “Há um determinismo que, envolvendo todos os empregos possíveis do pensamento e da liberdade, exprime uma ligação ao mesmo tempo inteligível e real de todos os nossos estados, compõe nossa vida como um problema único, e requer uma solução integral” (*Principe élémentaire*, p. 379). O estudo da lógica da vida moral se debruçará sobre esse determinismo, que possui leis e um princípio elementar.

3.1 O princípio elementar: a *stérēsis*

Claramente inspirado por Aristóteles,¹² Blondel entende que a noção de *stérēsis* “[...] implica a privação de algo que seria devido ou natural, e cuja possessão foi adquirida, poderia ou deveria ser” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 379). A realização ou não do que é “devido ou natural” a um agente necessariamente implicará certas consequências. A ação, que não pode prescindir de fazer contas com as exigências naturais, será julgada em relação à solução que oferece ao problema posto pela vida, segundo a lei a ela imanente (à vida mesma) e que nos coloca diante da decisão fundamental, origem orgânica do princípio de contradição. Em outros termos, uma exigência “devida ou natural” ao agente não lhe é nunca indiferente.

Ao contrário do que uma lógica da *apóphasis* (negação) poderia prever, segundo a qual o rejeitado é anulado, o que poderia ser realizado na ação e não o foi deixa sempre a sua marca no agente: “[...] a *héxis* que segue não é idêntica à *héxis* que precede a *stérēsis*” (*Principe élémentaire*, p. 380). Para colher essa dinâmica real, é necessário o referimento a uma lógica capaz de abarcar a riqueza infinita das repercussões orgânicas de nossa ação: “As relações das ideias se resumem em sim e não; e tudo é dito: é como uma geometria plana, onde duas linhas se cruzam em um só ponto. As relações reais são orgânicas infinitamente, sempre infalivelmente repercutidas e integradas” (*Principe élémentaire*, p. 380). Em suma, essas repercussões orgânicas de nossa ação se integram infinitamente umas nas outras, constituindo quem somos:

[...] nada dele [do homem] lhe é estranho ou indiferente, ou mais ainda, o que não interessa em nada a sua ação não é conhecido por ele; nada nele lhe escapa, se se pode dizer, à *héxis* e à *stérēsis*. Tudo o que faz e tudo o que não faz contribui para lhe constituir; tudo, assim, entra no sistema de seu organismo dialético. E porque as determinações da lógica abstrata são um estrato da atividade espontaneamente orientada em nós pela natureza ou uma expressão de nossas tendências originais projetadas no espelho do pensamento reflexo, uma dialética verdadeiramente completa não saberia se restringir ao formalismo lógico (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 380).

Não há dúvida que as noções lógicas são dotadas de certa necessidade ideal, ligada às possibilidades do pensar. De fato, se assim não fosse, não existiriam, por exemplo, sofismas ou paralogismos, os quais são, apesar de sua condição, pensamentos e pensamentos viventes. Assim, não são contradições reais e concretas, porque, se o fossem, nem mesmo poderiam existir, porquanto a contradição não se dá na realidade e é impossível que se dê. Eles existem, mas segundo uma modalidade de existência que impõe muitas limitações quando se trata de entender a ação concreta e real. Para dar conta da ação, nós precisamos de uma lógica diversa:

[...] nós precisamos de uma lógica real que contenha o que a lógica formal exclui como se não existisse, de uma ciência que reencontra, por meio da reflexão, o

¹² Blondel significará o termo *stérēsis* com a expressão “*privação positiva*”. Com afirma Álvaro Pimentel, *stérēsis* e *privação positiva* são expressões sinônimas que aparecerão já na *Action* (1893), p. 368 e 438, mas cujo sentido será explicitado apenas em *Principe élémentaire*, ainda que a expressão “*privação positiva*” não apareça propriamente nesse texto (PIMENTEL, 2008, p. 101, nota 170). Sobre o modo como a compreensão da *stérēsis* desenvolveu-se na filosofia blondeliana, significando a *privação positiva*, remetemos a um curto, mas denso e esclarecedor texto de Simone D’Agostino: “*Privation Positive*” (D’AGOSTINO, 2003. In: LECLERC, 2003, p. 211-225).

nexus de todos os estados e de todos os erros mesmos, a lei intrínseca, a norma imanente que torna inteligível todos os desenvolvimentos opostos da vida, e os julga absolutamente, compreendendo mesmo o que ela não saberia perdoar. Há uma lógica da desordem. [...] lógica universal que abraça todas as singularidades e as aproximações da casuística, todas as complicações que preparam a colaboração da natureza e da liberdade; lógica infinitamente imparcial e exata, já que é a lei duplamente interior à vida espontânea e à atividade voluntária, *norma sui*. Lógica luminosa, já que, através das obscuridades de nosso destino presente, tende apenas a exprimir a relação do que podemos e devemos com o que nós queremos e fazemos, para esclarecer antecipadamente a justiça final de nossa sorte. Lógica que somente merece propriamente este nome *tour court*, porque a ciência que parcialmente a usurpou é dela apenas um resíduo parcial e um aspecto isolado (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 381).

Enfim, a *stérésis* é o princípio elementar e material desta lógica. Mas quais são suas leis formais e científicas? É o que pretendo mostrar em seguida, acompanhando *Principe élémentaire*.

3.2 As leis do processo lógico da vida

Em *Principe élémentaire*, Blondel (1997) proporá algumas leis ligadas à lógica da vida, as quais não devem ser entendidas nem como ideias *a priori*, nem como axiomas de partida, em respeito aos quais é impossível justificar a origem, porquanto fatos de consciência (ideias *a priori*) ou simples artifícios que permitem elaborar explicações (axiomas). Diversamente, essas leis seriam expressões do determinismo que rege o complexo orgânico que é a ação. São elas: 1) lei do alogismo inicial e do polilogismo espontâneo; 2) lei da solidariedade das forças discordantes; 3) lei das compensações; 4) lei da reintegração final ou da perda total.

1) Lei do alogismo inicial e do polilogismo espontâneo

Antes de se organizar conscientemente de forma coerente e com sentido, nossa vida parece ser inaugurada por certa anomia, desordem ou anarquia. Blondel (1997) chamará esse estado de consciência de *alogismo inicial*. Isso não significa que o que se oferece a nossa percepção possa ser interpretado ao modo de uma matéria prima completamente passiva, que se ofereceria à representação, essa sim ativa. A perspectiva da *filosofia como tarefa* oferece subsídios para superar essa interpretação dualista da consciência. O *alogismo inicial* não é expressão de um estado de coisas em que uma objetividade independente se ofereceria à consciência subjetiva para ser ordenada. Não há nenhum sujeito, em nenhum momento de sua existência, que seja isoladamente ou não se relacione com o que é de forma independente do determinismo que caracteriza sua ação. A aparente anarquia inicial não significa existência fora da vida e de sua ordem, mas vivência ainda não elucidada. O *alogismo inicial* não se refere a um mundo *numênico*, a ser transformado em *fenômeno* pela ação da subjetividade, mas à multiplicidade natural das nossas potências vitais (*polizoísmo*) e das nossas aptidões mentais (*polipsiquismo*). Portanto, se explica essa primeira lei lógica da vida fazendo recurso à multiplicidade de nossos estados subjetivos e não a um presumível estado caótico em que as coisas se encontrariam antes de virem à consciência. O caos inicial não é indício do real estado do ser, que se contraporía à sua aparição, mas resultado da relação entre os elementos orgânicos de nossa ação.

Ademais, esse estado perceptivo caótico não tem a última, nem a única palavra, porque o dinamismo de nossa ação tende a uma síntese, a uma ordem. Espontaneamente, o *alogismo inicial* de nossa vida tende a assumir um sentido, que, entretanto, nunca é completamente estabilizado. Essa criação espontânea de sentido, que desenvolve uma compreensão da vida, assentada na coação entre nossas faculdades e disposições pessoais, não é nunca estática. Os estados subjetivos, que convivem em nós e a partir dos quais

conscientemente e inconscientemente se determina a ordem singular de nossa vida, nunca estão em um equilíbrio definitivo. Em suma, nosso *polizoísmo* e *polipsiquismo* não só são responsáveis pelo alogismo inicial, mas também pelo *polilogismo espontâneo*, ou seja, por nossa dinâmica compreensão da vida:

O caos inicial tende, então, a uma ordem e a uma certa ordem singular, que se organiza graças à mistura do instinto que determina a vocação pessoal e da reflexão que se torna o princípio das decisões, dos méritos e das faltas voluntárias. De modo que, de um lado, graças à parcialidade profunda de nossa idiossincrasia, nós tendemos a constituir um sistema que nós cremos exclusivo e fechado; mas, por outro lado, este trabalho de síntese coordenadora não é nunca feito imediatamente, jamais inteiramente acabado, mesmo depois de uma longa vida de unificação e de conversão metódica (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 381).

Esse trabalho sobre a interação de forças discordantes (*polizoísmo* e *polipsiquismo*), não se resolve de modo linear, nem como em uma equação matemática, nem como em uma equação física, como veremos a seguir.

2) Lei da *solidariedade das forças discordantes*

A cristalização que determina em nós os delineamentos de cada personalidade não suprime nem negligencia nenhum elemento fornecido e imposto pela natureza. Tanto as tendências escolhidas e atuadas, quanto as rejeitadas compõem a síntese vital que é cada agente, para a qual nada se perde e tudo se transforma: “[...] nada entra em nós sem sair, por certos aspectos, de uma predisposição íntima; nada sai de nós sem penetrar mais profundamente. [...] há realidade nova, porque uma ideia realizada não é a mesma de antes de ser oposta e preferida a outras” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 382).

A essa coação de forças, permanente, dinâmica e imanente à vida, Blondel chama de *solidariedade das forças discordantes*. Ela se dará a partir de certas compensações, muito singulares.

3) Lei das compensações

Outra marca da lógica da vida moral é o jogo da compensação das forças que formam a síntese vital que é cada agente. A experiência disso ocorre sempre que o agente confronta os prós e contras de uma determinada opção que, pouco a pouco, pode se transformar em uma disposição à ação, vício ou virtude. De fácil constatação, entretanto, essa dinâmica é difícil de ser precisada, porquanto é escapadiça a definição da composição das forças que aí entram em relação para constituir cada caráter.

Por isso mesmo, o papel da lógica moral não pode ser o de procurar detalhadamente seguir, na concretude singular da ação de cada agente, o modo como as regras que governam o nosso destino encontram sua aplicação particular, ou seja, o modo preciso como a compensação se dá em cada um de nós. São muitas as incógnitas envolvidas nessa equação, de modo que sua equacionalização é impraticável. Uma verdade, conseqüente desse estado de coisas, é que é falsa uma casuística geral e abstrata, que nos leve a pensar que todos temos as mesmas obrigações, luzes, forças e desculpas. Por outro lado, isso não significa que o agente possa prescindir da responsabilidade pessoal por sua ação, mas apenas que o trabalho de elucidação da própria existência e de suas obrigações morais não pode ser realizado em terceira pessoa: “Trata-se, ao contrário, de desenvolver sem cessar em nós o sentimento de nosso original destino e de nossa incomparável responsabilidade” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 382).

Ora, ao invés de assumir a tarefa irrealizável de determinar o quadro integral das compensações, é possível dedicar-se a avaliar o que a escolha de cada possessão e privação, que se anuncia para nossa ação, tem de positivo ou negativo em relação à nossa *hélix* primitiva. É possível, não obstante a complexidade aí envolvida, procurar avaliar as

consequências de nossa ação voluntária, julgando-a pelo parâmetro da realização de nós mesmos:

[...] revelando, de uma parte, a insuficiência ou a insignificância das determinações abstratas e das codificações inteiramente construídas com ideias e pelas ideias; mostrando, por outra parte, a edificação progressiva de nosso caráter moral com o auxílio de todos os elementos compensadores, os quais nenhum saberia ser totalmente ausente da solução final [...] (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 383).

Há um determinismo inflexível na lógica da vida, segundo o qual tudo o que nos diz respeito, toda força ou tendência que se exerce sobre nós, determina quem somos, seja que adiramos a elas ou as rejeitemos, de acordo com uma ordem incontornável. De acordo com ela, toda decisão comporta uma *stérēsis* (privação) e uma *kthēsis* (possessão), ainda que o que é rejeitado não é integrado pelo agente como o que é escolhido, sendo diversas suas marcas: “[...] umas são positivas, na medida mesma em que realizam a ideia essencial de nosso ser e subordinam os diversos elementos a esta unidade diretiva; as outras são privativas, no sentido de que perturbam nossa direção virtual e exigida” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 383).

Assim, sem pretender quimericamente conhecer no detalhe a compensação das forças que constituem nossa *héxis*, é possível esforçar-se por esclarecer o dinamismo antecedente, concomitante e consequente de nossa ação sob a luz do projeto que somos nós mesmos:

Porque a liberdade necessariamente produzida em nós pela dialética espontânea da vida resulta necessariamente em consequências, sem ser necessitada ela mesma, é este dinamismo antecedente, concomitante e consequente à liberdade que a lógica deve esclarecer. Assim, a verdade lógica se encontra definida como o acordo do pensar e da vida com eles mesmos, não mais no sentido puramente ideológico, mas no sentido concreto e segundo as exigências ou os créditos da vida interior: se alcançar, entrar em posse de si, se igualar explicitamente, tal qual se é no concreto implícito, é o trabalho que estimula e que julga a lógica integral. E é esta coerência do conteúdo total que é o gênero cujo acordo formal é apenas uma espécie (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 383).

Em suma, o esforço necessário à compreensão da lógica da vida moral deve orientar-se para a ação e suas condições antecedentes, concomitantes e consequentes, segundo a totalidade da vida, que se apresenta a nós como uma tarefa de reintegração final e cujo fracasso implica a hipótese de uma perda total de si.

4) Lei da *reintegração final* ou da *perda total*

Nossos atos impactam nossa vida, ou seja, a síntese orgânica e dinâmica que somos nós e o modo como essa síntese se posiciona diante do nosso destino. Viver é procurar realizar a tarefa de reintegrar-nos a nós mesmos, de cumprir nosso destino. Dessa tarefa ninguém pode se eximir. Viver é agir e a ação realiza a vida segundo necessidades, das quais, uma vez postas, não podemos mais nos desvencilhar. Seja que as satisfaçamos, seja que as rejeitemos, contribuirão para constituir o que somos e para permitir ou não nos reintegrar, a partir do acordo ou do desacordo em relação ao nosso destino, ou seja, a partir de certa opção última e fundamental. Mas que opção última seria essa?

Procurando realizar a tarefa de integração de si, constantemente o agente amortece a força das tendências que sobre ele agem. O ato a ser realizado, assim, reveste-se da força do conjunto, porquanto o agente deposita nele toda a energia proveniente do jogo das forças, compensadas em sua direção. O que ocorre é que, ao agirmos, não procuramos no que é escolhido ou rejeitado simplesmente bens ou males, mas o bem e o mal, como se em cada escolha estivesse em jogo nossa realização ou perdição totais.

Agindo, depositamos na opção escolhida toda a força que nos impulsiona a nos reintegrar, traduzindo as opções disponíveis não como se comportassem uma *stérēsis*, como de fato comportam, mas como se fossem subordinadas aos princípios acósmicos de *identidade e não-contradição*. Dessa forma, as opções concorrentes são artificialmente interpretadas sob a forma de proposições, organizadas de acordo com oposições lógicas (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 384).

Não é preciso afirmar que isso é um artifício. Todavia, ele é não só útil, como também necessário à vida livre. Por sua iniciativa, o jogo de forças da ação é submetido ao *princípio de não-contradição*, o que permite decidir como se a opção escolhida levasse o peso do infinito e fosse definitiva. Somos por esse artifício, assim, capacitados a entrar em possessão de uma vida suprassensível e suprarracional, de uma vida livre. Lançando raízes no sensível e no racional, a liberdade lhes é transcendente.

De uma parte, a energia que nos impulsiona à reintegração, alimentada pelo jogo das forças de nossas tendências, uma vez posta a serviço de uma escolha particular permite-nos amortecer as forças a ela discordantes, fundando nossa liberdade. De outra parte, a contradição não existe de fato, mas se constitui para nós idealmente a partir do momento em que nossas escolhas são opostas do ponto de vista de nossa reintegração final e definitiva, como “o” bem e “o” mal.

A liberdade não é contraditória em relação ao determinismo de nossa ação, mas encontra nele sua fonte, como todas as noções da lógica reflexiva. Necessariamente somos obrigados a implicar em cada escolha que fazemos a totalidade de nosso destino e a julgar nossas ações não como bens ou males, mas como o bem o e mal, ou seja, como contraditórios. Mais ainda, a percepção que temos da irreparabilidade de uma ação realizada diz respeito não somente à nossa impossibilidade de retornar no tempo e agir diversamente, mas, sobretudo, ao peso infinito do qual a ação é carregada em razão de sua relação com o nosso destino. O fato da irreparabilidade de uma ação realizada nos é importante somente porque em cada ação nossa realização última é posta em jogo.

Portanto, a lógica reflexiva e a liberdade não só não são opostas, como nascem de uma mesma fonte, o dinamismo de nossa ação: “[...] se a exclusão ideal parece absoluta, é porque a solução real é, com efeito, decisiva e radicalmente cortante; se a ação humana se estabelece no absoluto de uma *héxis* ou de uma *stérēsis*, isto se dá pela mediação do princípio formal de contradição” (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 384). A lógica possui suas raízes na moral e a moral não é ela mesma, não é livre, se não participa do rigor da lógica formal, estabelecendo a distinção entre as opções radicais que definem o destino humano e julgando cada ato relativo de modo a ver neste o peso do absoluto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CAMINHO DE UMA RENOVAÇÃO DA FILOSOFIA

Para uma filosofia que se limita à lógica da não-contradição, a compreensão do ser será sempre contraditória, porque não se pode admitir o diverso, o não ser, porque, como afirmara a tradição eleática, “o não ser não pode ser conhecido”. Abstraída do seu contexto originário, essa última afirmação ganha um significado sensivelmente diverso em razão do modo como o conhecimento veio sendo interpretado pela tradição filosófica, ou seja, como processo, reflexão, especulação. Com efeito, a meta da especulação não é justamente uma fiel reprodução ideal do ser? E que problema haveria nisso, caso as leis que valem para a reflexão, de alguma forma, reproduzissem as próprias leis do ser? Sob essa crença injustificável, repousará todo o abuso de competência ligado ao uso do pensar reflexivo, que recheará a história da filosofia de aporias insuperáveis.

Parece-me que a tradição eleática é já uma resposta a essa questão, sendo parte de sua grandeza o ter vislumbrado o ovo da serpente que seria chocado. Com efeito, para ela, o produto da especulação ou do conhecimento processual não é um verdadeiro saber, mas apenas um erro e uma mistura, um caminho a ser evitado. Nesse sentido, se conhecer equivale a um saber consumado e completo do ser, de modo que conhecimento e ser são idênticos, a especulação não é um verdadeiro conhecimento, justamente porque, segundo

sua lógica, ser e conhecimento (reflexivo) não podem ser idênticos, porquanto o produto do conhecimento (reflexivo) não é o ser, mas sua representação. A compreensão do conhecimento restrita à especulação e à lógica abstrata, que a caracteriza, conduzirá sempre a esse dualismo insuperável entre ser e conhecer. Se conhecer é apenas representar, a menos que se possa provar, de alguma forma, que a representação é equivalente ao ser, não é só o contraditório do ser, o não-ser, a não poder ser conhecido pela especulação – o que, de fato, julgamos justo –, mas também o próprio ser. Ora, não é sem razão que o empirismo inglês, justificado como uma crítica ao realismo tradicional da escolástica, do qual Descartes ainda é devedor, acaba por levar – desde Locke até Hume – ao ceticismo mais radical, como resultado de sua própria lógica interna, para a qual conhecer é pensar ideias.

Se conhecer é representar, o conhecimento será sempre estranho ao ser, não restando nada além da coerência do cético. Por outro lado, se conhecer não é apenas representar, como acredito, parece restar o caminho dos eleatas – segundo o qual é preciso assumir um pensar além da reflexão, que deve ser abandonada – ou o sugerido por Blondel, aqui exposto.¹³ Contudo, e esta é, a meu ver, a maior contribuição filosófica de matriz blondeliana – e, para ser justo, platônica e aristotélica –, não me parece necessário renunciar ao pensar reflexivo, o que comportaria assumir outras teses, como a da completa incompatibilidade entre lógica e moral, ou mesmo a da impossibilidade da metafísica. A interpretação sugerida por Blondel não só se justifica, como apresentei nesse texto, como também aquela ligada à tradição eleática não pode ser justificada, já que qualquer tentativa de a justificar deve fazer recurso à reflexão e, assim, aderir ao que considera um erro. Em suma, a escolha da adesão à solução de Parmênides não pode ser baseada em qualquer razão, a não ser nos crimes de que se acusa a reflexão: porque a meta da reflexão equivale a uma impossibilidade, seu destino é o fracasso.

Contudo, e se a meta da reflexão não for a representação? É justamente esse o meu argumento: a partir do ponto de vista da lógica da *stérēsis* ou da lógica da vida moral, a relação entre ser e conhecer pode ser reinterpretada e a filosofia, sobretudo a metafísica, renovada. A partir dessa perspectiva, o extremo oposto do ser não é a *antítesis* do ser, mas a *stérēsis*, a *privação positiva*. Do ponto de vista da ação, o ser verdadeiro é o ser moral: é a *hélix*, síntese de *stérēsis* (privação) e de *kthēsis* (possessão), que admite em si contrários, mas não possui contrários. Consequentemente, não há ser sem mortificação, sem privação, de tal modo que o extremo oposto do ser também se realiza:

Somente a mortificação realiza a contraditória do não-ser e por um tipo de experiência metafísica produz nosso ser no ser; realizou a solução antagonista na privação, a qual não é a inexistência. Porque, diferentemente da lógica intelectual, que se limita em afirmar a igualdade abstrata no âmbito do possível e a incompatibilidade formal das soluções opostas, a lógica moral, justificando este exclusivismo do qual manifesta a utilidade, o supera, porque no fundo de todas as soluções possíveis resta um mesmo sujeito de inerência em vista do qual elas são inegáveis e de sinal contrário. Assim, encontra-se verificada esta visão de Aristóteles: a substância, o ser verdadeiro, o ser moral admite contrários, mas não possui contrários. Neste sentido, a realidade metafísica escapa às determinações lógicas do entendimento e é preciso restituir ao princípio real de contradição a fórmula original de Parmênides, embora interpretada de modo totalmente diferente: o não-ser não é, nem em si nem em nós; o ser moral não morre; e, sob o ponto de vista real, não é a *antítesis*, mas a *stérēsis* positiva que é o extremo oposto do ser (BLONDEL, *Principe élémentaire*, p. 384).

A questão que importa verdadeiramente não é mais a de como atingir a identidade entre ser e conhecer, mas aquela que diz respeito à capacidade da reflexão em iluminar a prospecção e contribuir, por meio da *circunsessão* aí criada, para o progresso da vida

¹³ Tratei dessa questão com mais liberalidade em meu artigo: *Parmênides, Blondel e a justificação do conhecimento* (SOUZA, 2015).

humana. Nesse sentido, conhecimento autêntico é o saber que contribui para a realização do ser, para a realização de uma tarefa. Ainda que nunca subjugado pelo pensar, o ser poderá sempre abrir-se à experiência humana, de modo que o que nunca se poderá saber de forma consumada pode ser reintegrado à ação. O saber não é um fim em si mesmo, mas um meio para a realização do agente. A reflexão, com o princípio de *não-contradição* que a rege, não é um fim em si mesma, mas um meio, não só útil, como necessário para a ação moral.

A *antítesis* (o não ser) não é senão um símbolo inadequado da *stérēsis* (da privação), como as ideias não são senão símbolos inadequados da vida consciente. Reconhecê-lo permite colocar a lógica reflexiva em seu devido lugar, subordinado que é à lógica da vida, de onde o pensamento lança suas raízes. Reconhecê-lo é a condição de acesso a um modo diferente de encarar a velha filosofia; de manter unidas lógica e moral, abrindo espaço para uma metafísica ainda possível, para uma filosofia moral ainda racional e para uma lógica ainda relevante. A partir daí, é possível livrar-se das antinomias de que o pensar ocidental se encontra há séculos substanciado, em razão do insuperável e artificial dualismo entre ser e conhecer que lhe quiseram impor. Ademais, essa solução não só é justificável pela consideração de nossa ação real e concreta, como também me parece muito mais humilde – enquanto isso significa fidelidade à nossa condição humana, incluindo nossos próprios limites espirituais –, do que as espetaculosas explicações fornecidas pela gana antirreflexiva – para não dizer antifilosófica –, cuja recepção seria justa apenas se não fôssemos o que somos, mas bestas ou deuses.

Referências

BLONDEL, Maurice. “Principe élémentaire d'une logique de la vie morale”. In: BLONDEL, Maurice. *Ouvres complètes I: 1888-1913*. La philosophie de L'Action et la crise moderniste. Paris, PUF, 1997, p. 365-385.

D'AGOSTINO, Simone. “Privation Positive”. In: LECLERC, Marc (éd.). *Blondel entre L'Action et la trilogie*. Bruxelles, Lessius, 2003. (Actes du Colloque international sur les “écrites intermédiaires” de Maurice Blondel, tenu à l'Université Grégorienne à Rome du 16 au 18 novembre 2000).

GILBERT, Paul. *A simplicidade do Princípio: prolegômenos à metafísica*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LAMBERT, Dominique; LECLERC, Marc. *Au cœur des sciences*. Paris, BAP, 1996.

LECLERC, Marc (éd.). *Blondel entre L'Action et la trilogie*. Bruxelles, Lessius, 2003. (Actes du Colloque international sur les “écrites intermédiaires” de Maurice Blondel, tenu à l'Université Grégorienne à Rome du 16 au 18 novembre 2000).

LECLERC, Marc. “La confirmation performative des premiers principes”. *Revue Philosophique de Louvain*, Louvain, 96, p. 69-85, 1998.

PIMENTEL, Álvaro. A “Lógica da Ação” de Maurice Blondel: explicitação crítica na Ação (1893). Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de doutorado). Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/ARBZ-7G5K29>. Acesso: 28/09/2022.

SOUZA, Galileu Galilei Medeiros de. Entre a morte e a vida da ação: meditações sobre o que se pode aprender com uma filosofia de naufrago. In: *Veritas*, Porto Alegre, v. 65, n. 3, p. 1-16, Set.-Dez. 2020 | e-37333. (DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2020.3.37333>)

SOUZA, Galileu Galilei Medeiros de. Filosofia como Tarefa. In: *Síntese*, Belo Horizonte, v. 45, n. 141, p. 113-143, Jan./Abr., 2018. (DOI: <https://doi.org/10.20911/21769389v45n141p113/2018>).

SOUZA, Galileu Galilei Medeiros de. Parmênides, Blondel e o problema da justificação do conhecimento. In: *Trilhas Filosóficas, [S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 31-42, 2015. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RTF/article/view/1958>. Acesso em: 29 set. 2022.

YSAYE, Gaston. *L'affirmation de l'être et les sciences positives*. Paris, Lethielleux e Namur, Presses Université de Namur, 1987.

Doutor em Filosofia (UEPB-UFPE-UFRN, 2014)
Professor Adjunto (UERN, Caicó, RN)
E-mail: galileusouza@uern.br